

Carta aberta

do 9º Congresso Brasileiro de Cinema e Audiovisual – CBCa, pela valorização e fortalecimento da indústria audiovisual brasileira independente.

Brasília- DF, 11 de dezembro de 2023

O setor cinematográfico e audiovisual brasileiro, representado por mais de 50 entidades de todos os segmentos e territórios do país, reunidas em Brasília no 9º Congresso Brasileiro do Cinema e Audiovisual – CBCa, afirma a necessidade de atenção e reconhecimento do momento histórico e decisivo que vivemos para o futuro de nossa atividade. Momento em que a importância fundamental da indústria audiovisual brasileira está em jogo, e em que a voz dos que criam, produzem, difundem, distribuem, exibem, formam pesquisam e preservam o audiovisual brasileiro precisa ser ouvida.

Em diversos momentos históricos do país, este Congresso uniu o conjunto dos diversos agentes do ecossistema cinematográfico, dialogou e se debruçou sobre os desafios do setor, produzindo uma agenda necessária para o Estado brasileiro.

O CBC sempre deu imprescindíveis contribuições para o audiovisual brasileiro, como a proposta de criação da Agência Nacional de Cinema. Não será diferente agora. O momento histórico exige a atenção e mobilização de todos que tem responsabilidade no desenvolvimento de nossa atividade.

Chegamos até aqui acumulando um enorme aprendizado. Os ciclos do passado do nosso audiovisual foram diversas vezes interrompidos por crises políticas ou econômicas, e nos deixaram um legado de resistência e maturidade. Afirmamos, por isso, a necessidade de uma política de Estado, perene, que permita que o voo do audiovisual brasileiro seja contínuo e altivo. Nossas conquistas precisam ser mantidas e ampliadas.

Além do impacto econômico que essa indústria estratégica proporciona, é imprescindível destacar seu papel na disseminação e enriquecimento cultural de um povo. É através do audiovisual que podemos levar a diversidade e a identidade brasileira para dentro e fora do país.

Após diversas crises temos, finalmente, um governo estável, democrático e republicano, capaz de impulsionar o pleno desenvolvimento do setor, aperfeiçoando seu arcabouço legal de forma a protegê-lo de interrupções repentinas e de rupturas institucionais.

Essa é uma oportunidade única para implantar um novo ciclo de políticas públicas que sejam pautadas na defesa da soberania nacional, da propriedade intelectual e patrimonial nas mãos de brasileiros, da inclusão e diversidade territorial, de idade, gênero e étnico-racial.

É uma economia decisiva para a consolidação de nossa democracia e de nossa cultura democrática, tão agredida em anos recentes e que precisa ser consolidada num ambiente de crescente intolerância no mundo.

O setor audiovisual é responsável por uma parcela do PIB maior do que a fabricação de carros, caminhões e ônibus. Em 2019, o impacto econômico direto do setor gerou R\$ 24,5 bilhões para o PIB brasileiro e criou 126.500 empregos. Ao considerarmos os empregos indiretos e induzidos, a empregabilidade chega a 657 mil trabalhadores, com uma contribuição de R\$ 55,8 bilhões para o PIB e R\$ 7,7 bilhões na arrecadação de impostos.

Além disso, o Brasil está entre os cinco maiores mercados de consumo de audiovisual do mundo e possui ainda um enorme potencial de crescimento.

Enquanto diversos países já regulamentaram o mercado de streaming desde 2013, as plataformas atuam no Brasil sem qualquer regulação. E isso precisa mudar.

As políticas bem-sucedidas, construídas ao longo dos últimos 30 anos estão em risco. Nosso futuro está em xeque.

Um dos maiores mercados consumidores das plataformas digitais no mundo está atrasado na sua regulação. A atuação política do mercado hegemônico, que pretende ocupar 100% do mercado brasileiro com conteúdos estrangeiros, os lobbys da poderosa indústria que atua globalmente desarticulando a proteção de mercados nacionais mundo afora, vêm atuando fortemente no nosso parlamento.

Os investimentos em conteúdos realizados pelas plataformas não têm se traduzido em patrimônio para as produtoras brasileiras independentes, já que todos os direitos sobre as obras ficam com estas plataformas, em sua maioria empresas estrangeiras. São obras realizadas com criação e talentos brasileiros, mas não são brasileiras e isso precisa ficar claro.

Afirmamos em alto e bom som que a produção independente é um princípio inegociável dentro dos nossos marcos legais.

Há projetos de lei relacionados ao streaming que tramitam no Congresso Nacional desde 2017, mas que infelizmente não contemplam vários pontos imprescindíveis para uma regulação que proteja nossa indústria. Para defender o conteúdo audiovisual brasileiro, é fundamental que uma regulação contemple quatro pontos essenciais: (1) visibilidade dos conteúdos brasileiros nas plataformas, (2) contribuição para o desenvolvimento do audiovisual brasileiro independente, (3) garantia de propriedade patrimonial para as empresas brasileiras e brasileiras independentes e (4) diversidade da produção através de uma distribuição equilibrada dos recursos.

Uma produção audiovisual só se fortalece quando circula pelos diversos mercados.

Terminamos o ano de 2023 sem a vigência da cota de tela de cinema - existente desde Getúlio Vargas - e com um dos menores *market shares* da história, com menos de 3% de ingressos vendidos em salas de cinema.

Considerando a predominância da cinematografia estrangeira em nosso mercado, é urgente permitir que os filmes brasileiros tenham espaço para expressar seu potencial máximo no mercado de salas e na TV por assinatura. As cotas de tela são instrumentos de regulação que já provaram sua eficácia. Por isso, é crucial que os projetos de lei que tratam do tema sejam aprovados imediatamente, garantindo sua aplicação já em 2024.

Reivindicamos, assim, trato de assunto estratégico de governo para que os três poderes e que a nossa sociedade compreenda que estas são pautas prioritárias, e que se trata uma política de Estado. Isto para que possamos ter uma outra correlação de forças na negociação com as plataformas de streaming estrangeiras que atuam hoje no legislativo em favor de uma regulação que não nos contempla.

Muitas outras iniciativas devem ser tomadas com a maior urgência, com uma nova e clara sinalização do conjunto do governo Lula de que o peso de sua articulação política está em campo.

Além de conquistar mais espaço no mercado interno, é fundamental que a produção brasileira amplie sua participação no mercado internacional. Isso trará novos negócios e divisas para o país, fortalecendo a indústria através de parcerias estratégicas e investimentos externos. Ao mesmo tempo, teremos a oportunidade de difundir a imagem do Brasil para o mundo.

No entanto, para alcançarmos uma indústria audiovisual sólida, inclusiva, competitiva e inovadora, é necessário investir na formação de técnicos qualificados e na melhoria das relações de trabalho. É necessário investir em pesquisa, difusão e preservação audiovisual. Esses são elementos fundamentais para o desenvolvimento pleno do ecossistema audiovisual, que também deve equiparar o Brasil a outras nações na regulação do direito de remuneração dos criadores do audiovisual assim como já ocorre na música.

Precisamos formar público para o conteúdo brasileiro, atuando não apenas na produção, mas também na distribuição e na ampliação do circuito exibidor. Necessitamos do campo das TVs públicas fortalecidas e que cumpra seu papel na difusão do conteúdo brasileiro.

O fortalecimento de uma rede composta por todos os entes federativos somando recursos e esforços é necessário para induzir investimentos locais, atrair filmagens estrangeiras por meio de *films commissions*, bem como estimular milhares de jovens a trabalhar numa atividade que tem alto valor agregado e perspectiva real de crescimento.

Para dar conta de todos esses desafios é de suma importância que o tripé institucional definido pela Medida Provisória 2228-1 seja preservado, com as competências do Conselho Superior de Cinema, da Secretaria do Audiovisual e da Ancine, fortalecidas para uma atuação harmônica e complementar.

A gestão pública também precisa ser modernizada, garantindo maior agilidade, eficiência, transparência e, acima de tudo, segurança jurídica na execução dos recursos públicos. Para tanto é necessária a urgente revisão de suas normas infralegais, incluindo a revisão de critérios para acesso aos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual.

Somente através dessas medidas transformaremos o Brasil em um dos maiores protagonistas do audiovisual no mundo.

É por isso que aproveitamos este momento para mandar um claro sinal de alerta e pedir o máximo empenho do governo Lula, eleito em 2022 simbolizando nossas melhores esperanças, para dar o devido tratamento estratégico a estas pautas.

Pedimos também o máximo de atenção de nossos parlamentares, de nossos governadores e prefeitos. Além, é claro, de todos que fazem cultura no Brasil.

Após uma profunda crise temos, hoje, um governo democrático e republicano, que acreditamos ter condições de impulsionar o pleno desenvolvimento do setor, aperfeiçoando seu arcabouço legal de forma a protegê-lo de interrupções repentinas e de rupturas institucionais.

Esta Carta de Brasília, elaborada aqui pelo conjunto do audiovisual brasileiro, afirma, por fim, que é nosso audiovisual que nos representa como sociedade, e que só ele – e não outro - pode fazer a diferença em um projeto de nação culturalmente rico, socialmente justo e economicamente moderno e pujante.

É este o Brasil que queremos.

Um país democrático, diverso, que se veja nas telas, e que possa enxergar suas potencialidades. Que possa superar suas desigualdades sociais e afirmar uma voz de paz e desenvolvimento no mundo. E que promova uma cidadania cultural ampla e irrestrita para todos os brasileiros e brasileiras.